



2.º	PUBLICADO NO D.O.U.
C	De 19 / 07 / 1993
C	Rubrica

MINISTERIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo n° 10.120-002.519/89-15

Sessão de : 22 de maio de 1992 ACORDÃO N° 201-68.105
Recurso n°: 87.921
Recorrente: AGRO-CRIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.
Recorrida : DRF EM GOIANIA - GO

PROCESSO FISCAL - NULIDADES - Auto de Infração que não descreve os fatos, não atendendo os ditames do Artigo 10 do Dec. 70.235/72. Processo anulado "ab initio".

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por AGRO-CRIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em anular o processo "ab initio". Ausente, justificadamente, o Conselheiro DOMINGOS ALFEU COLENCI DA SILVA NETO.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1992.

ROBERTO BARREIROS DE CASTRO - Presidente

ANTÔNIO MARTINS CASTELO BRANCO - Relator

ANTÔNIO CARLOS TAVARES CARARGO - Procurador-Representante da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE 25 SET 1992

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros LINO DE AZEVEDO MESQUITA, HENRIQUE NEVES DA SILVA, SELMA SANTOS SALOMÃO WOLSZCZAK, ARISTOFANES FONTOURA DE HOLANDA e SERGIO GOMES VELLOSO.



**MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**

Processo nº 10.120-002.519/89-15

Recurso Nº:

87.921

Acórdão Nº:

201-68.105

Recorrente:

AGRO-CRIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.

R E L A T O R I O

Contra a Recorrente foi lavrado o Auto de Infração de fls. 02 a 06, em face de o mesmo, encontrar-se ilegível, a Recorrente impugnou solicitando que outro auto fosse feito, no que foi atendida pela fiscalização dando origem ao Auto de fls. 22 a 28, que diz em sua fundamentação: "CONTRIBUIÇÃO: Falta de recolhimento do FINSOCIAL apurado em lançamento de ofício, decorrente de comissão de Receitas Operacionais, conforme Auto de Infração do Imposto de Renda-Pessoa Jurídica, lavrado, cuja cópia foi entregue ao contribuinte..."

A decisão de 1ª instância, baseou-se na decisão do IRPJ, considerando o presente feito como decorrente do apurado no Imposto de Renda.

Em seu Recurso, alega que ocorreu erro da fiscalização que considerou, para caracterização de passivo fictício títulos que não pertenciam a Empresa e sim a empresa Mineral Agro-Cria Ltda.

Diz que as duplicatas foram pagas e contabilizadas na Empresa Mineral Agro-Cria Ltda. e que anexou fotocópia ao Livro Razão onde consta a relação dos fornecedores e as respectivas duplicatas, que são as mesmas cuja relação se encontra às fls. 4 dos autos, autos estes do processo de IRPJ que não se encontram anexados ao presente.

Diz que o julgador singular desprezou totalmente todos os princípios de direito e as provas documentais apresentadas juntamente com a impugnação.

E o relatório.

Serviço Público Federal

Processo nos 10.120-002.519/89-15

Acórdão nos 201-68.105

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR ANTONIO MARTINS CASTELO BRANCO

A consideração de que o processo é decorrente do IRPJ, traz uma série de fatores que não permitem o julgamento do presente feito.

O Auto de Infração, apesar de refeito para poder atender a solicitação do Recorrente, não descreve os fatos, nem conta com nenhuma documentação que prove as acusações feitas.

Necessário se faz que os Autos de Infração atendam os ditames do artigo 10 do Dec. 70.235/72, o que no presente caso não foi feito.

Por estes motivos, voto no sentido de anular **ab initio** o processo.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1992.

ANTONIO MARTINS CASTELO BRANCO